

INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO: O QUADRO INSTITUCIONAL FRANCÊS ³

Jean-Paul Metzger

Introdução

Como nos lembraria, em 2001, Robert Boure, um de nossos colegas de Toulouse, o desenvolvimento de uma disciplina científica passa não apenas pelo estabelecimento de um quadro institucional, mas também pela elaboração de um corpus de conhecimento coerente e reconhecido, como também pela constituição de uma comunidade de pesquisadores e professores. Eu me contentaria em abordar aqui o primeiro elemento, limitando-me a indicar que a pesquisa francesa em “Ciências da Informação” é desenvolvida quase exclusivamente pelos professores-pesquisadores (Professores das universidades e mestres de conferências) da sessão 71 do Conselho Nacional das Universidades (CNU) (1) e os doutorandos que eles supervisionam (2) e que, na França, contrariamente à situação da maioria dos países, as “ciências da informação” e as “ciências da comunicação” se reúnem numa só e mesma interdisciplina. Sem tentar ser exaustivo, me limitarei a evocar, nas páginas que se seguem, alguns

³ Originalmente publicado em: METZGER, J.-P. L'institutionnalisation des Sciences de l'information: le cadre institutionnel français. **Anais I Colóquio Científico Internacional da Rede Mussi**. Rio de Janeiro: ICICT-FIOCRUZ, IBICT-UFRJ, 2008. p. 99-111.

Tradução de Icléia Thiesen.

Revisão de Gustavo Saldanha.

pontos que caracterizam o contexto institucional francês das ciências da informação - as formações universitárias.

Para fins profissionais

As primeiras formações universitárias em informação e comunicação foram criadas nos institutos universitários de tecnologia (IUT) em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970. Essas formações com a duração de dois anos davam direito a um diploma de técnico superior ou *diploma universitaire de technologie* - DUT de nível Bac+2 [dois] (3). Hoje essas formações existem sempre nos departamentos de “informação e comunicação” dos IUT, que propõem cada vez mais a seus estudantes um ano de estudo suplementar conducente a uma *licença professionnelle*. Essas licenças profissionais (4) permitem que os estudantes se especializem em uma profissão específica dentro do vasto campo coberto pelas “ciências da informação e da comunicação”.

No curso das décadas de 1970-80-90 foram criadas, nas universidades francesas, numerosas formações com finalidade profissional de nível Bac+4 (mestrados, mestrados científicos e técnicos, mestrados profissionais) e de nível Bac+5 (diplomas de estudos superiores especializados: DESS). Essas formações com a duração de um ano tinham por vocação formar os quadros das atividades de informação e comunicação nas empresas e nas administrações.

Quando o dispositivo europeu “Licence, Master, Doctorat (LMD)” foi instalado, essas formações foram todas “masterizadas”. Tais operações de “masterização” frequentemente deram lugar a modificações profundas na oferta de formação. Mestrados em “informação-comunicação” são agora propostos nas principais cidades universitárias francesas.

Esse desenvolvimento das formações em informação-comunicação induziu um forte recrutamento de professores-pesquisadores nessa disciplina e, notadamente, em ciências da informação. A criação, em 1977, da 52ª seção do conselho nacional

das universidades (5) permitiu a constituição de uma comunidade de professores-pesquisadores, que representa uma força importante no seio da paisagem universitária francesa (em 2005, 521 mestres de conferências e 142 professores).

Para fins científicos

Paralelamente ao desenvolvimento das formações universitárias, das comunidades de professores-pesquisadores e, em seguida, de uma atividade de pesquisa em ciências da informação e da comunicação, foram criadas formações centradas na pesquisa. Diplomas de estudos aprofundados (DEA) e doutorados em ciências da informação e da comunicação também surgiram; em meados dos anos 1970 para os primeiros, nos anos 1990 para a maior parte. A pesquisa francesa em “Ciências da Informação e da Comunicação” assim se desenvolveu e se organizou no plano nacional a partir de meados dos anos 1980.

A pesquisa pública

No plano nacional

As unidades de pesquisa

Fortemente estimulados pelo ministério encarregado do ensino superior e da pesquisa, e como nas demais disciplinas, os professores-pesquisadores em “Ciências da Informação e da Comunicação” se reagruparam para formar unidades de pesquisa, chamadas tanto de laboratórios, quanto equipe de pesquisa, ou ainda, centro de pesquisa. A cada quatro anos, essas unidades são submetidas a uma avaliação, e obtêm um reconhecimento e um financiamento do Estado se a avaliação for satisfatória. Reagrupando antes os professores-pesquisadores de uma mesma instituição de ensino superior (universidade ou grande escola), essas unidades reconhecidas pelo ministério reúnem cada vez mais

professores-pesquisadores de uma mesma cidade universitária, até mesmo de diversas cidades universitárias próximas. O Laboratoire d'Etudes et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales (LERASS), em Toulouse, o Groupe d'Etudes et de Recherche Interdisciplinaires en Information et Communication (GERIICO), em Lille, o Groupe de Recherche sur les Enjeux de la Communication (GRESEC), em Grenoble, Equipe Lyonnaise de Recherche en Information et Communication (ELICO), em Lyon, etc.

Seguindo o movimento de aproximação das instituições de ensino superior e de pesquisa no seio dos Polos de Pesquisa e de Ensino Superior (PRES), as equipes de pesquisa reuniram-se para formar unidades de grande importância - de 70 a 90 membros para o LERASS, GERIICO, ELICO. Essas unidades de pesquisa, denominadas “equipes de recepção” pelo ministério, têm vocação de acolher doutorandos.

As agências nacionais de enquadramento / supervisão da pesquisa

Desde o início de 2007, duas agências governamentais supervisionam a atividade de pesquisa: a Agência Nacional de Pesquisa (ANR) e a Agência de Avaliação da Pesquisa e do Ensino Superior (AERES). A ANR (6) é uma agência de financiamento de projetos de pesquisa. “Seu objetivo é aumentar o número de projetos de pesquisa, oriundos de toda a comunidade científica, financiados após concorrência e revisão por pares”. A ANR se reporta ao mesmo tempo às instituições públicas de pesquisa e às empresas, com dupla missão: produzir conhecimento novo e favorecer interações entre laboratórios públicos e laboratórios de empresa, desenvolvendo parcerias.

Já a AERES é encarregada notadamente da avaliação das unidades de pesquisa das instituições de ensino superior e dos organismos de pesquisa.

Ela realiza cerca de 1000 avaliações por ano, com base em um dossiê científico enviado pela unidade e em visitas locais por um comitê de especialistas. Trata-se de uma avaliação transparente e contraditória. Os relatórios de avaliação são públicos e acessíveis no *site* da agência.

A AERES é também competente para a avaliação das formações e diplomas (licenças, mestrados, escolas de doutorado...) que se inscreve no quadro do espaço europeu de ensino superior e da pesquisa. “Essa avaliação leva em conta ao mesmo tempo a pertinência científica e profissional da oferta de formação, tanto em termos de aquisição de conhecimentos, quanto de desenvolvimento de competências.” (7)

No plano regional

As regiões francesas (Île de France, Rhône-Alpes, Provence-Alpes-Côte d’Azur, Midi-Pyrénées etc.) têm também uma missão de sustentação da pesquisa no seu território. Cada região define sua própria política e as modalidades de seu apoio à pesquisa. Se tomarmos o caso da região Rhône-Alpes, exemplo que conheço bem, para melhor apoiar a pesquisa nas disciplinas onde a produção de conhecimentos novos é necessária ao seu desenvolvimento, o conselho regional criou “*clusters* de pesquisa”. Formando redes de equipes pluridisciplinares, esses *clusters* trabalham na realização de programas científicos comuns. Um cluster de pesquisa é um local de incentivo da e para comunidade científica, que organiza seminários e outras jornadas de intercâmbio. Mas é também um local de formação de doutorandos. Este contexto de incentivo à atividade científica pretende manter o elo entre a pesquisa e a sociedade civil, notadamente em termos de valorização e de transferência de tecnologia destinada às empresas e, conseqüentemente, para os meios industriais. No total, 14 Clusters congregam projetos de universidades, grandes escolas e laboratórios de Rhône-Alpes, divididos em cinco áreas de

investigação (Digital, Nanotecnologia, materiais; Gestão, organização, produção; Química, energia, transporte; Biotecnologia e Saúde; Estilos de Vida, cultura, ciência e sociedade).

Os Núcleos de pesquisa criados e mantidos pela Região são os seguintes:

- I. Microeletrônica, nanociências e nanotecnologias;
- II. Informática, sinal, softwares integrados;
- III. Controle da vida útil de materiais e estruturas;
- IV. Gestão e organização dos sistemas de produção e de inovação;
- V. Química sustentável;
- VI. Meio ambiente;
- VII. Energias renováveis, eficiência energética;
- VIII. Transportes, territórios e sociedade;
- IX. Qualidade das plantas, agriculturas, atores e territórios;
- X. Infectologia, imunologia, cancerologia;
- XI. Deficiência, envelhecimento, neurociências;
- XII. Dinâmicas sociais e territoriais;
- XIII. Culturas, patrimônio e criação;
- XIV. Questões e representações da ciência, tecnologia e seus usos.

Cada um desses *clusters* é financiado pelo conselho regional. Professores-pesquisadores em ciências da informação e da comunicação de Lyon e de Grenoble estão engajados em projetos ligados aos dois primeiros núcleos.

No plano europeu

A direção geral “sociedade da informação e mídias” da comissão europeia lançou, em 2006, um vasto programa intitulado “i2010: Bibliotecas Digitais” [*Digital Library Initiative*], de digitalização do patrimônio cultural na Europa e de instrumentos de acesso científico aos resultados da pesquisa. Paralelamente, essa direção geral (a DG XIII) lançou seu sétimo programa de pesquisa

e desenvolvimento (PCRD 7). Este programa cobre o período de 2007-2013 e é dotado de uma quantia de 50,5 milhões de euros.

No domínio das tecnologias da informação e da comunicação, em 2007 foi lançado um edital para projetos que respondessem a 7 “desafios”, sendo um intitulado “Bibliotecas e conteúdos digitais”.

[Este] desafio consiste em explorar as sinergias possíveis associando os conteúdos, os conhecimentos e a aprendizagem; fazer com que os conhecimentos e os conteúdos sejam abundantes, acessíveis, interativos e utilizáveis ao longo do tempo pelos homens, tanto quanto pelas máquinas. Para tanto, será necessário levar em conta as tendências atuais em matéria de produção e consumo de conteúdo e em particular a transição do modelo de serviço das fontes raras e destinações múltiplas para modelos de serviço para fontes e destinações múltiplas. (...) A pesquisa deveria estabelecer firmemente os serviços de bibliotecas digitais como um componente-chave das infraestruturas de conteúdo digital, permitindo produzir, estocar, gerir, personalizar, transmitir, conservar e explorar de modo seguro, eficaz e pouco custoso o conteúdo dos conhecimentos, segundo normas amplamente aceitas. Apoiar serviços mais personalizados e colaborativos, especialmente em comunidades auto-organizadas, levará a abordagens mais criativas para a produção de conteúdo e conhecimento. (...) O trabalho reforçará o elo entre o conteúdo, os conhecimentos e os processos de educação permanente. Melhorará nossa capacidade de dominar e explorar conteúdos e conhecimentos e de aprender nos ambientes de trabalho cada vez mais dinâmicos.

Um programa europeu como esse representa uma bela oportunidade para a pesquisa francesa em ciências da informação;

parece que infelizmente poucas unidades de pesquisa francesas têm se engajado num projeto que responda a esse “desafio”.

O doutorado

Doutorado francês

O doutorado se inscreve no esquema europeu LMD; trata-se da última etapa do processo de formação universitária. Após três anos de licença, dois anos de mestrado, o doutorado tem uma duração teórica (8) de três anos. É um diploma expedido pelas universidades e quaisquer instituições de ensino superior habilitadas pelo ministério como escolas normais superiores. Ele se prepara no quadro de uma escola de doutorado e no âmbito de uma unidade de pesquisa habilitada a acolher doutorandos (como equipe de apoio). O trabalho principal realizado para obter o diploma de doutorado é a tese, coroamento de um importante trabalho de pesquisa. Esse trabalho é dirigido por um professor-pesquisador (professor ou mestre de conferências) ou pesquisador habilitado a dirigir pesquisas.

Doutorado em cotutela

Alguns doutorados podem ser preparados em duas instituições de ensino superior, uma francesa e outra estrangeira. Uma convenção de cotutela estabelecida entre duas instituições define as modalidades de preparação, de redação e de defesa da tese. Esse dispositivo de cotutela permite a um estudante francês ou estrangeiro conduzir uma pesquisa em dois ambientes diferentes, o que às vezes é difícil, mas muito rico.

Doutorado europeu

O doutorado europeu é na verdade uma tese “clássica” com um selo "europeu" adicional. Concerne estudantes de países membros da União Europeia, estendido a outros estados europeus (Suíça, Islândia, Noruega, Lichtenstein). O selo é concedido, além do doutorado, quando as 4 condições seguintes são preenchidas:

I. a autorização de defesa é acordada com base em relatórios redigidos por pelo menos dois professores pertencentes a instituições de ensino superior de dois estados europeus diferentes, que não aquele no qual o doutorado é defendido;

II. pelo menos um membro da banca deve pertencer a uma instituição de ensino superior de um estado europeu diverso daquele no qual o doutorado é defendido;

III. uma parte da defesa deve ser efetuada numa língua nacional europeia diversa da(s) língua(s) nacionais do país em que é defendido o doutorado;

IV. o doutorado deverá ter sido preparado em parte quando de uma estada de ao menos um trimestre em outro país europeu. Observe-se que uma tese europeia pode ser preparada em cotutela. É necessário, então, demandar essa cotutela desde a inscrição no primeiro ano da tese, ao contrário do selo europeu.

As escolas de doutorado

Criação recente (fim dos anos 1990), as escolas de doutorado constituem o quadro no qual se preparam os doutorados. Associadas às unidades de pesquisa que lhes servem de suporte, elas ajudam os doutorandos a conduzirem sua pesquisa e a dirigir sua tese. Proporcionam, assim, aos doutorandos dos professores, estágios de formação, conferências etc. que constituem para eles, não apenas um aporte teórico e metodológico importante, mas também uma ajuda à inserção profissional.

É assim que a escola de doutorado EPIC - Ciências da Educação, Psicologia, ciências da Informação e da Comunicação - da qual participo, propõe:

I. uma formação metodológica e teórica (na base de cursos, estágios, conferências e jornadas de estudos disciplinares e interdisciplinares);

II. um estágio para ajudar a produzir e editar a tese;

III. uma preparação à inserção profissional;

IV. uma atividade nacional e internacional (sob a forma de encontros nacionais e internacionais etc.).

O agrupamento, em curso, de instituições de ensino superior no mesmo sítio geográfico, no âmbito dos polos de pesquisa e ensino superior (PRES), leva estas e instituições a reorganizar as escolas de doutorado: as escolas de doutorado de instituições tornam-se escolas de doutorado de sítio. Assim, as escolas de doutorado das universidades e outras grandes escolas de Lyon e de Saint-Etienne foram substituídas pelas escolas de doutorado comuns às instituições no âmbito do PRES “Universidade de Lyon”. Essas novas escolas de doutorado, em número limitado, cobrem, cada uma, um vasto campo disciplinar, como, por exemplo, a EPIC ou a escola de doutorado afiliada ao LERASS, a escola LLC (letras, línguas, culturas) das Universidades Le Mirail e Paul Sabatier de Toulouse.

Auxílios financeiros

Os principais auxílios financeiros públicos concedidos aos doutorandos podem ter a forma, seja de uma *alocação de pesquisa*, seja de uma *bolsa CIFRE*.

Uma alocação de pesquisa é distribuída a um estudante, pela escola de doutorado em que ele se inscreve, em nome do estado ou em nome da região para uma duração de dois anos; se o trabalho de pesquisa progride convenientemente, a alocação pode ser concedida por um ano suplementar. O estudante é então empregado do estado ou da região. O beneficiário pode, em

seguida, ser recrutado como “monitor” por uma instituição de ensino superior para a supervisão de estudantes dos dois primeiros anos de licença.

Infelizmente, muitos doutorandos não podem se beneficiar de tal alocação em razão do pequeno número de alocações concedidas, por estado ou região, às escolas de doutorado. Isso é particularmente verdadeiro para as ciências humanas e sociais onde se encontram as ciências da informação e da comunicação.

A habilitação para dirigir pesquisas

Apenas os professores universitários, os diretores de pesquisa das instituições públicas de pesquisa (CNRS - Centro nacional de pesquisa científica, INSERM - Instituto nacional de saúde e da pesquisa médica, INRA - Instituto nacional de pesquisa agrônômica) e os mestres de conferências habilitados a dirigir pesquisas (HDR) são autorizados a dirigir trabalhos de pesquisa no âmbito de um doutorado ou, em menor grau, de um mestrado. O dispositivo de habilitação para dirigir pesquisas foi instituído em 1988 e permitiu a extinção da antiga e frequentemente saudososa tese de estado.

“A habilitação para dirigir pesquisas sanciona o reconhecimento do alto nível científico do candidato, do caráter original de sua abordagem em um domínio científico ou tecnológico suficientemente amplo e, de sua capacidade de supervisionar jovens pesquisadores...”. Ela permite o acesso ao corpo de professores das universidades. O tempo entre a defesa da tese e a apresentação dos trabalhos em vista da HDR é da ordem de 5 a 10 anos, e, frequentemente, superior a 10 anos.

Para compreender um pouco o que representa uma habilitação para dirigir pesquisas, que não é um diploma, vamos nos deter por um instante nas modalidades de sua obtenção numa universidade francesa - a Universidade Louis-Pasteur de Strasbourg. A operação de obtenção de uma habilitação para dirigir

pesquisas se efetua em dois tempos: a inscrição numa universidade e a defesa no âmbito dessa mesma universidade.

O conselho científico da universidade ou, por delegação, uma comissão específica vinculada a esse conselho, é encarregada de examinar o dossiê de demanda de inscrição, depois a proposição de relatores e a composição da banca de defesa.

Com vistas à inscrição, o candidato prepara um dossiê compreendendo um *curriculum vitae* e um documento sintético que permita apreciar as qualidades citadas anteriormente e baseado em particular nas atividades de pesquisa efetuadas após a tese de doutorado, as publicações que dela resultaram, os contratos de pesquisa obtidos, a supervisão de estudantes de mestrado, os projetos de pesquisa (9). Esse dossiê é enviado ao conselho científico com um relatório estabelecido pelo “fiador da habilitação” escolhido pelo candidato entre os professores da universidade ou similares. Esse relatório deve valorizar as qualidades do candidato. Ele é, geralmente, visado pelo Diretor da unidade de pesquisa do candidato (se ele desenvolve suas pesquisas na universidade) e pelo responsável pela escola de doutorado. Com base nesses documentos, o conselho científico decide sobre a autorização de inscrição na habilitação para dirigir pesquisas. Sua decisão é transmitida ao candidato que, seguindo a data que ele estima poder depositar seu dossiê completo de candidatura, se inscreve para o ano universitário em curso.

Para a defesa da HDR, o dossiê de candidatura deve ser depositado em vários exemplares no departamento da universidade encarregado das habilitações para dirigir pesquisas. Ele compreende os documentos científicos (trabalhos publicados ou datilografados), uma síntese da atividade científica e um programa de pesquisa.

Um resumo das obras ou dos trabalhos deve ao mesmo tempo ser enviado com uma lista de difusão interna para a universidade.

Paralelamente, o fiador da habilitação propõe uma banca composta de, ao menos, 5 membros e 3 relatores, sendo 2 externos

e 1 interno à universidade. Os relatores devem ser habilitados a dirigir pesquisas (ou similares) e não ter publicado com o candidato.

Ao menos a metade da banca deve ser composta de personalidades francesas ou estrangeiras externas à universidade. Essa proposição de banca deve ter obtido anteriormente o acordo do vice-presidente encarregado da pesquisa.

O dossiê de candidatura completo é em seguida examinado pelo conselho científico da universidade, e o presidente da universidade, levando em consideração a opinião desse conselho, nomeia a banca e designa os relatores aos quais os documentos científicos são enviados pelo departamento responsável pelo acompanhamento do procedimento de habilitação.

Os relatores dão a conhecer a sua opinião através de relatórios escritos e fundamentados, com base nos quais o Presidente da Universidade decide autorizar a apresentação oral dos trabalhos à banca.

O campo das “Ciências da Informação e da Comunicação”

Para que uma jovem disciplina, tal como as “Ciências da Informação” se institucionalize, é preciso não apenas que ela se inscreva em um quadro institucional; não somente que o número de pesquisadores e de professores que o reivindicam atinja um limite crítico, não apenas que os pesquisadores e professores se agrupem em comunidade, é também necessário que se desenvolva um corpus de conhecimentos validados e partilhados por essa comunidade. Dito de outra maneira, e para retomar os termos de M. Foucault em “A arqueologia do saber”, é necessário que a formação discursiva, constituída pelo conjunto de enunciados produzidos por esses pesquisadores e professores, tenha ultrapassado o limiar da *epistemologização* ou mesmo o limiar da cientificidade, quer dizer, se constitua em um conjunto coerente de enunciados dotados de regras de formação e verificação.

A definição oficial

Na definição do campo das “Ciências da Informação e da Comunicação” que ela propõe, a 71ª seção do conselho nacional das universidades considera que as ciências da informação e da comunicação cobrem:

- I. Os estudos sobre as noções de informação e de comunicação, sobre suas relações, sobre a natureza dos problemas e das práticas assim designadas, assim como as diferentes abordagens científicas que a elas se aplicam.
- II. O estudo, de um lado, dos processos, das produções e dos usos da informação e da comunicação; de outro lado, da sua concepção e recepção. Da mesma forma o estudo dos processos de mediação e de mediatização.
- III. O estudo dos atores, individuais e institucionais, da informação e da comunicação, o estudo dos profissionais (incluindo notadamente os jornalistas) e de suas práticas.
- IV. O estudo da informação, de seu conteúdo, dos sistemas sob o ângulo das representações, das significações ou das práticas associadas.
- V. O estudo das mídias de comunicação e das indústrias culturais sob seus diversos aspectos.

Acrescente-se que “o campo da seção é decididamente interdisciplinar. Os métodos implementados pelos estudos que neles se enquadram podem ser diversos, mas cada estudo deve ser baseado em uma (das) metodologia(s) bem identificada(s)”.

A amplitude do domínio da informação e da comunicação e os diferentes empregos desses termos levam a distinguir a prática da informação ou da comunicação (que é o fato de todos os indivíduos, quer sejam professores-pesquisadores ou não) do estudo dos processos da informação e da comunicação, que é o campo do ensino e da pesquisa da 71ª Seção. Nesse aspecto, não é suficiente ter projetado ou produzido um ou mais produtos de

comunicação, nem de usá-los para reivindicar o campo das “Ciências da Informação e da Comunicação”.

As Ciências da Informação

No que se refere mais especificamente às “Ciências da Informação”, e sem questionar as prescrições do CNU, parece-me que alguns objetos são centrais, tais como:

- o acesso à informação, ao saber, à cultura, e, correlativamente, a elaboração de produtos de informação, de produtos científicos ou culturais;
- os sistemas de informação, enquanto objetos complexos articulando um público, serviços e um dispositivo sociotécnico;
- a documentação, no sentido amplo do termo (englobando arquivos, coleções de museus, fundos documentários, bases de dados etc.) enquanto fonte de informação e de saber;
- os sistemas classificatórios, as taxonomias e, de forma mais geral, a organização do saber e dos conhecimentos.

Parece-me também que alguns conceitos fundamentais como o de saber, representação, mediação, discurso, memória, categoria, dispositivo, e provavelmente alguns outros, devem participar de uma epistemologia das “Ciências da Informação”, que formariam uma base teórica comum a todas as pesquisas que se inscrevem no campo das ciências da informação.

Resta-nos somente construir essa epistemologia!

Notas

(1) Órgão encarregado pelo Ministério da Educação Superior da busca de qualificação das funções de mestre de conferências e de professor das universidades.

(2) O Ministério da Educação Superior contabilizou, em 2005, 663 professores-pesquisadores (142 professores e 521 mestres de

conferências na sessão 71 do CNU (Cardy, H., Froissart, P., Cartographie d'une discipline, in Olivesi, S. Sciences de l'information et de la communication, PUG, (Grenoble, 2006). Pode-se estimar em um terço os professores-pesquisadores inscritos em “ciências da informação”

(3) Dois anos de estudos após o baccalauréat, que sanciona, na França, o fim dos estudos secundários.

(4) No âmbito do dispositivo LMD (Licença-Mestrado-Doutorado), uma licença profissional sanciona um terceiro ano de estudos após o baccalauréat que permite ao estudante entrar diretamente no mercado de trabalho.

(5) A 52ª seção, que se tornou a 71ª seção no início dos anos 1980, “qualifica” todo candidato das ciências da informação e da comunicação a uma função de mestre de conferências ou professor universitário.

(6) Em 2008, a ANR se beneficiou de uma capacidade de compromisso de 955 milhões de euros para projetos de pesquisa com duração até quatro anos.

(7) A AERES acaba de avaliar, em 2008, pela primeira vez, no site, as 72 escolas de doutorado das instituições das vagas B de contratação.

(8) Escrevo “teórica”, pois frequentemente os doutorandos obtêm um prolongamento da duração de sua formação doutoral em razão, notadamente, de uma atividade assalariada não lhe permitindo dedicar-se em tempo integral à pesquisa. Essas prorrogações são cada vez mais difíceis de serem obtidas.

(9) Esse documento de síntese dos trabalhos é frequentemente substituído por “uma obra original”, semelhante a uma “grande” tese e parecida com a antiga tese de estado extinta em 1988.